

A urgência da intervenção do Estado nos CTT

Tendo presente a relevância dos Serviços Postais como um instrumento insubstituível para a coesão social e económica dos territórios e um mecanismo imprescindível nas estratégias de desenvolvimento regional e nacional, é com elevada expectativa e sentido de dever cívico que trazemos ao conhecimento dos senhores deputados, representantes eleitos do Povo Português, a Petição Pública - *PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA DO ESTADO PORTUGUÊS NO CAPITAL SOCIAL DOS CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, pela Defesa do Serviço Postal Universal Público e de Qualidade* - entregue na Assembleia da República.

Na mesma, apelamos para a assunção de medidas que permitam terminar com a aventura que tem sido a privatização da empresa, desde 2013/2014. De facto, desde então o Grupo CTT tem sofrido um desastroso rumo, que coloca em causa a qualidade do Serviço Postal Universal, os direitos dos cidadãos, das empresas e dos trabalhadores.

Hoje, a realidade evidencia a descredibilização de uma das empresas que melhor funcionava em Portugal. Sempre foi uma empresa rentável, uma marca de confiança e de notoriedade, de referência nacional e Internacional, capaz de enfrentar as exigências e os desafios resultantes da transformação do setor postal e do impacto da digitalização, não deixando de cumprir com as obrigações do Serviço Postal Nacional.

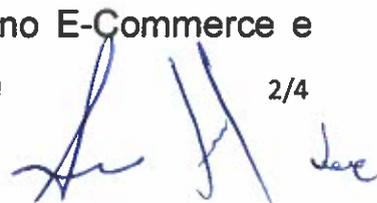
Os resultados do 1º Trimestre/2019 (de apenas 3.7 M€, os piores das últimas três décadas), expuseram de forma aguda a crise gravíssima que a empresa vive, com impacto no valor da ação, que caiu para mínimos históricos, cifrando-se em 1.2 Biliões de euros a destruição de valor bolsista dos CTT face ao seu valor de pico, uma queda sem paralelo na indústria, a nível internacional. Mais, a projeção dos resultados para final do ano permite antever o fecho de 2019 muito provavelmente no vermelho.

O incumbente continua a não cumprir com os compromissos de prestação de Serviço Público. Em 2018, pelo terceiro ano consecutivo, os CTT não conseguiram cumprir a totalidade dos 11 indicadores de qualidade do serviço postal universal, o que levou a que 6,5 milhões de cartas chegassem ao destino atrasadas, 2 milhões de cartas de correio azul e 4,5 milhões de cartas de correio internacional (aqui, violando as metas fixadas pela Diretiva Postal Comunitária 97/96 CE), o que implicou a aplicação pela Anacom de penalizações ao aumento dos preços, este ano. Recorde-se que, a qualidade foi durante longos anos um símbolo distintivo da excelência CTT.

Por outro lado, no final de 2017, após a queda abrupta dos resultados (-56%), a distribuição de dividendos com um payout ratio cerca de 208% e o anúncio do despedimento de 800/1000 trabalhadores até 2020, a empresa desencadeou um processo de encerramento avassalador de estações, num total de 70, inclusive em 33 sedes de concelho, sendo expeável que estas subam para 48 a curto prazo.

Para o efeito, os CTT estão a proceder à transferência da gestão do atendimento para as Juntas de Freguesia (configurando a utilização de recursos públicos por parte de um privado, com custos financeiros muito superiores à retribuição paga pelos CTT ao Estado, na generalidade dos casos) e para o comércio local, em sítios muito díspares, os quais não poderão cumprir a mesma função, nem ter a mesma especificidade técnica, e com a redução de serviços onde se inclui o espaço do cidadão, deteriorando a qualidade do serviço, pondo ainda em causa a segurança e a confidencialidade postal, lesando as populações e empresas, por não estarem garantidas as exigências de igualdade de acesso ao Serviço Postal Universal.

Os autarcas revoltam-se e recorreram aos tribunais e as Comunidades Intermunicipais, formalizando providências cautelares para travar o fecho de estações nas regiões. Todos, populações, comércio e empresas, têm denunciado a falta de qualidade por atrasos na entrega, extravios, falhas na distribuição, demoras de atendimento, aumentando as reclamações, até no E-Commerce e



Banco CTT, com manifesta subida do nível de insatisfação dos clientes.

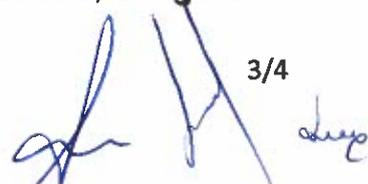
As queixas tornaram-se também um problema económico, com os exemplos, entre outros, da Continental Mabor, a quarta maior exportadora nacional, das Associações Empresariais de Cantanhede e de Águeda, expressando o seu desagrado junto da ANACOM pelo fecho de estações de proximidade nas respetivas Zonas Industriais, penalizando as empresas que puxam pela economia.

Mas, está igualmente em curso um plano de corte de custos no correio (negócio base que mais contribui para as receitas do Grupo CTT) e com enfoque apenas na atividade de encomendas e bancária que continuam a apresentar EBITDA negativo. Esse plano contempla a concentração de Centros de Distribuição Postal, afetando cerca de 2000 trabalhadores e deixando mais de cem locais sem presença operacional CTT.

Os CTT degradam-se a olhos vistos e transformaram-se numa sombra daquilo que foram não respeitando e dialogando com a Sociedade envolvente, inclusive cresce o clima de tensão entre os CTT e o Regulador, com troca de argumentações. Hoje, temos uma empresa descaracterizada a prestar um péssimo serviço à população, em que a falência do atual projeto estratégico economicista está a conduzir à progressiva destruição irreversível da estrutura, principais funções e missão do Grupo CTT.

A gravidade da situação acentua-se, a cada dia que passa. A empresa aliena património, contrai empréstimos, entra em negócios ruinosos (caso notório da aquisição da 321 Crédito por 100 M€ injetados pela empresa CTT), desinveste e desnata o core por transferência de produtos e negócios rentáveis para o Banco CTT, degrada a performance financeira, distribui dividendos superiores aos lucros e continua a atribuir chorudos prémios “de mérito” ao CA.

A atual gestão já deu a entender que quanto pior, melhor. Ou seja, quanto mais degradada for a situação da empresa, maior será a capacidade na renegociação do Contrato de Concessão, a vigorar a



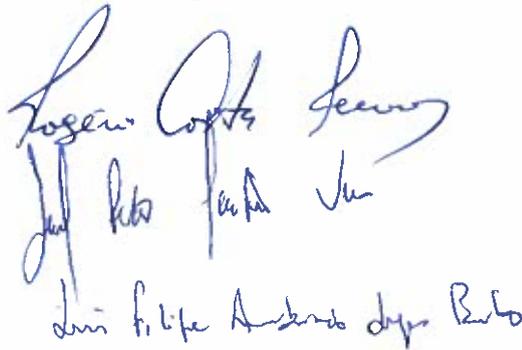
partir de 2021, obtendo contrapartidas financeiras ou regulatórias de monta. Só que, quanto mais tarde for a intervenção do Estado, mais caro irá a solução ficar.

Só a entrada do Estado no capital dos CTT (mesmo que não com maioria de capital) permitirá travar esta trajetória de desastre. É urgente que o Estado adquira uma participação expressiva no capital social, em moldes idênticos com as práticas mais comuns no setor a nível europeu e internacional, pois só assim terá uma voz ativa no controlo da gestão e nas decisões estratégicas do Grupo CTT, permitindo dar um rumo à empresa e garantir a sua sobrevivência a prazo, baseados numa política de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.

Sem dúvida que ganham os Clientes, os Trabalhadores, a Empresa e o País.

Lisboa, 30 de maio de 2019

A Delegação de Peticionários



Luís Filipe Amândio dos Reis
José Roberto Costa
José Roberto Costa